



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.^{ma} Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. n.º 282
Ent. 496

SUA COMUNICAÇÃO DE
23.01.2019

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 2419/2015
N.º **432**

DATA
22 FEV. 2019

ASSUNTO: Resposta à pergunta 1197/XIII/4^a de 23 de janeiro de 2019, do Grupo Parlamentar PCP - Partido Comunista Português (Deputados Paulo Sá e António Filipe) - Calendarização das (parcas) obras previstas para os tribunais algarvios.

Em referência ao V. ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a a resposta à pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

HA/MJP



NOTA

Assunto: Resposta à pergunta 1197/XIII/4ª de 23 de janeiro de 2019, do Grupo Parlamentar PCP - Partido Comunista Português (Deputados Paulo Sá e António Filipe) - Calendarização das (parcas) obras previstas para os tribunais algarvios.

Os Senhores Deputados Paulo Sá e António Filipe colocaram à Senhora Ministra da Justiça as seguintes questões:

«1. Considera o Governo que um investimento médio anual de 330 mil euros, no período de 2018 a 2028, é suficiente para fazer face às necessidades de requalificação, remodelação e modernização funcional dos tribunais algarvios? Tenciona o Governo reforçar esta verba, adequando-a às reais necessidades dos tribunais da região?»

«2. Qual o calendário previsto pelo Governo para execução das obras previstas nos tribunais algarvios? Quais dessas obras avançarão ainda em 2019?»

O valor previsto no Plano Estratégico Plurianual de Requalificação e Modernização da Rede de Tribunais 2018-2028 para todos os edifícios da Comarca de Faro é de 1.815.000 euros.

O Governo considera que um investimento médio anual da ordem de valores acima referida, no período de 2018 a 2028, é suficiente para fazer face às necessidades de requalificação, remodelação e modernização funcional dos tribunais algarvios, sem prejuízo de se ponderar o seu reforço em caso de necessidade. Evidencia-se que a maior parte deste investimento se reporta aos Palácios de Justiça de Loulé e Lagos.

Dá-se nota de que uma das situações mais relevantes para a comarca de Faro será a criação de um juízo do comércio em Lagoa, cuja instalação se prevê que venha a ocorrer em abril do corrente ano e cujas obras de adaptação já se mostram concluídas, com um investimento reduzido da parte do Estado, face à colaboração do Município.

No Palácio de Justiça de Loulé parte do investimento já foi realizado com a nova cobertura.

A intervenção nas celas que se encontra prevista para vários edifícios faz parte de um projeto a nível nacional, pelo que as obras a realizar serão efetuadas em conjunto com as de outras comarcas, com outro financiamento.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
ADJUNTA E DA JUSTIÇA

Relativamente à criação de uma nova sala de audiências em Tavira, a mesma está em estudo tendo em conta as dificuldades de espaço.

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, 21 de fevereiro de 2019.